



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 11/09/2018**

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Centro Administrativo São Sebastião/CASS, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, Sala 1 Bloco 1 Subsolo, em segunda convocação reuniu-se ordinariamente o Colegiado do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), das catorze e trinta às dezoito horas. Pelo segmento dos usuários; conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia – ACADIM), conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO), conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão (União de negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ), conselheira suplente Iolanda Janaína Martins Machado (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ, conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio a Portador e Hepatite C), conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1), conselheiro Ozeas Lopes Farias (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2), conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1), conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2), conselheira Margarida Maria Azambuja Frouf e conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3), conselheiro Adelton Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0), conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1), conselheira Neide Maria Neres (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ), conselheira Mirian Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ), conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO) e conselheiro Francisco Assis Bressy (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS), conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde), conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). A reunião ordinária iniciou-se com a seguinte Pauta: Distribuição da ata de 10/07/2018; 1) Deliberação da ata de 12/06/2018; 2) **Deliberação do processo: 09/000084/2017 (Volume I e II)**. Assunto: Habilitação para serviço de Hospital Dia com 6 leitos do Hospital Fundação do Câncer – **AP 3.2; 3)**; SUBVISA Planejamento. "Apresentação das competências do novo Núcleo de Integração da Fiscalização em Ambientes de Trabalho (NIFAT)" – **20 minutos**; 4) RAG (Relatório Anual de Gestão) 2017 - exposição solicitada pelo vereador Paulo Pinheiro – **30 minutos**; 5) Comissão de Educação Permanente – **30 minutos**; 6) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - **10 minutos**; 7) Informes da Gestão da SMS – **20 minutos**; 8) Informes da Secretaria Executiva - **15 minutos**; 8.1 – **resposta de expediente enviado ao Conselho Nacional de Saúde sobre às conferências de saúde para o ano de 2019**; 8.2 – **Ofício-Circular nº 249/2018/SECNS/MS**; 9) Informes do Colegiado – **5 minutos por conselheiro**. O Secretário Executivo, David Lima, do Conselho Municipal de Saúde de Janeiro deu

início a chamada de composição da mesa executiva do CMS, pela seguinte ordem: a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes**, representando os usuários, a **conselheira Maria Edileusa Braga Freires e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, representando os profissionais de saúde a **conselheira Mirian Andrade de Souza Lopes** e representando os gestores, o **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago**. O **Secretário Executivo, David Lima**, passou os trabalhos para a presidenta da mesa, que cumprimentou a todos passando a leitura dos trabalhos da ordem do dia para o **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** que agradeceu a presença de todos os presentes e fez a leitura dos assuntos de pauta do dia. Após a leitura, a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a aprovação da pauta sendo aprovada por maioria simples e em seguida colocou para aprovação o **item 1) Deliberação da ata de 12/06/2018** que também foi aprovada por maioria simples. O **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**, citando o **item 2) Deliberação do processo: 09/00084/2017 (Volume I e II)**. Assunto: Habilitação para serviço de Hospital Dia com 6 leitos do Hospital Fundação do Câncer – **AP 3.2**, fez a leitura do resumo do processo reforçando para os presentes na reunião sobre o assunto “Habilitação” de serviços para unidade e saúde, que era quando em tal situação credencia-se a unidade a prestar determinados serviços de atendimento e a realizar certos procedimentos médicos. Neste caso, o Hospital do Câncer, estava solicitando seis leitos para hospital dia, podendo executar alguns procedimentos ao longo do dia, de forma clínica e outros em tratamentos de C.A; leu os despachos relativos à solicitação que tinha sido aprovada pela maioria na área e que uma vez aprovada a solicitação que o processo seguia para a S/SUBREG que encaminhava para a SES – Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e, este último, por sua vez, encaminhava para o Ministério da Saúde. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação sendo aprovado pela maioria simples. A seguir passou ao **item 3) SUBVISA Planejamento. “Apresentação das competências do novo Núcleo de Integração da Fiscalização em Ambientes de Trabalho (NIFAT)”** e por imprevistos de questões técnicas, o **Secretário Executivo, David Lima**, propôs que fosse adiantando a pauta para que a assembleia pudesse dar continuidade aos trabalhos. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** passou, então, ao **item 4) RAG (Relatório Anual de Gestão) 2017 - exposição solicitada pelo vereador Paulo Pinheiro**. O Senhor vereador cumprimentou a todos os presentes agradecendo ao Conselho Municipal de Saúde pela oportunidade e pelo tempo cedido, fazendo uma reclamação de que não tinha sido entregue uma cópia do documento, Relatório de Gestão, que era um relatório apurado confeccionado pela SMS onde contava todas as atividades orçamentárias planejadas e executadas de um exercício anterior. Fez ressalva de que havia tomado conhecimento da aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde apresentado pela **Drª Dayse Demori**, que fazia parte do Gabinete da SMS. Relembrou a função e a importância do Conselho Municipal de Saúde sobre aprovações e deliberações, relatando que não era favor para ninguém, era um trabalho sério executado por gestores, entidades sérias, representantes da sociedade civil, usuária do sistema de saúde e afins. Que baseados em leis e resoluções que determinavam e davam voz e vez ao Conselho Municipal de Saúde e a seus componentes e que fazia com que o Conselho Municipal de Saúde fosse tido como filtro das políticas públicas de saúde municipal funcionando em parceria com os dez Conselhos Distritais de Saúde espalhados pela cidade em pontos estratégicos para que avaliassem o que se fazia na gestão em saúde. Reclamou sobre pontos graves - na voz do próprio – sobre informações apresentadas no Relatório de Gestão da Saúde de 2016 pedindo mais atenção na hora de avaliar, analisar e deliberar informações que eram colocadas em pauta sobre os dados da SMS, para que depois não tivessem maiores problemas. Disse que, segundo sua leitura, nada do que constava no relatório tinha sido executado de todo e que as promessas de melhorias não tinham acontecido. Falou da importância do debate, da integração entre os conselhos e dos trabalhos executados para o bom funcionamento do serviço prestado a população. Fez a leitura de alguns pontos que na opinião dele eram importantes e que tinham sido avaliados sem a devida severidade ou de forma genérica. Continuou fazendo a leitura da parte que, na opinião dele, merecia destaque para que fosse reavaliado: *“1) no ano de 2017, 25 indicadores foram utilizados no monitoramento e avaliação dos programas desenvolvidos pela SMS. Em grande parte os indicadores foram impactados pela grande restrição orçamentária vivida pelo ano de referência”*, dizendo ele tinha compreendido que maior parte das ações programadas pela SMS não tinham sido executadas porque a dita

secretaria reconhecia a falta de recursos e fazia observação das probabilidades e, ainda poderiam atingir metas em 2018, ano corrente que já se devia tratar de outras execuções. Questionou investimentos contratuais para OS's, para o PADI – Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso, que não tinha crescido na forma planejada. O Programa de Saúde Inteligente, que tinha tido suas metas descontinuadas para ser levada a diante, não sendo possível haver maiores investimentos e atenção devida com prestação de serviços outrora planejada. O Programa de Atenção Psicossocial, também, não tinha tido sua continuidade de forma ativa e com metas programadas atingidas pela falta de recursos conforme o planejado. Metas de maternidades vinculadas, não tinham obtido resultados positivos, os resultados do combate a tuberculose, a sífilis congênita, mortalidade infantil e a mortalidade materna tinham sido desafios que, ainda, tinham ficado aquém do esperado, sendo de suma importância para tais ações uma atenção de combates extremos para erradicação, prevenção e ações de atenção primária para que a população tivesse maior acesso aos cuidados, o que mostrava que a SMS não havia cumprido com as metas reconhecendo a falta de recursos adequados para execução dos mesmos. Dando continuidade discutiu dados apresentados em relação a Recursos Humanos, que tratava sobre gastos com servidores, que excedia o quadro real, nunca apresentados na visão do próprio, gastos muito exorbitantes e uma série de outros dados e pontos importantes informados no relatório que ele disse que tinha feito uma análise mais aprofundada e não estavam de acordo em nada com as informações expostas. O vereador perguntou aos presentes se havia verdade nos fatos apresentados no mês de maio quando da apresentação do documento no mês de abril de 2018, que em sua opinião a gestão atual não reconhecia que a saúde no município estava um caos, que enfrentava uma crise, que faltava lisura e transparência, culpando imprensa e opositores e tudo isso prestes a começar a discutir o orçamento para 2019 com avaliação de prestação de contas referente ao exercício de 2017 nas contas do chefe do executivo do município. As reclamações sobre falta de recursos de gestões anteriores eram uma constante, fazendo referência às unidades municipalizadas, ato feito sem os devidos recursos necessários. Disse que a saúde do município corria riscos altíssimos de piorar mais que, ainda, até o ano corrente, citando as unidades de saúde que estavam em voga no noticiário pelas constantes reclamações do público usuário, como Hospital Municipal Pedro II, entre outros. A SMS não tinha tido como utilizar seus recursos devidos por desorganização da gestão com uso para outros fins, outros programas, de secretarias diferentes, ações não ligadas ao fim, saúde. Ironizou nota à imprensa em nome do “Primeiro Ministro” na sua fala, Secretário Chefe da Casa Civil do Município do Rio, em que tinha sido informado sobre o esforço para manter orçamento organizado com a preocupação em manter os salários dos servidores do município em dia, tanto dos diretos quanto indiretos que incluíam repasses para as OS's, que em sua opinião deveriam ser encerrados os contratos com tais organizações. Informando que seiscentos milhões de reais tinham deixado de ser postos nos cofres da SMS para investimento e execução de serviços em saúde. Segundo ele, era extremamente necessário haver vigilância e uma cobrança maior e mais eficaz em relação à gestão atual como um todo para que evitassem uma catástrofe e que tudo era baseado nas informações apresentadas no relatório de gestão da própria SMS. Reclamou da ausência da Secretária de Saúde e do Secretário de Fazenda, informando que haveria nova convocação, desta vez, de forma jurídica, da mesma forma que tinha ocorrido com o secretário de educação. Lamentou a derrota na Câmara de Vereadores em relação à aprovação do *impeachment* do prefeito. Disse estar sempre a disposição do Conselho Municipal de Saúde agradecendo mais uma vez o tempo cedido para sua fala e em nome do vice-presidente da Comissão de Saúde da ALERJ, **deputado Átila Nunes**, afirmou que estaria sempre vigilante em relação à gestão atual do município, a toda a desorganização, nas palavras dele, da SMS, e chamava a atenção novamente para que o Conselho Municipal de Saúde prestasse mais atenção nas informações apresentadas, avaliando com o rigor devido. Encerrou sua fala. O **Secretário Executivo, David Lima**, tomando a palavra fez uma observação recordando o que representava e qual era a importância de discutir no Conselho Municipal de Saúde a Lei Orçamentária, o Plano Plurianual, o Relatório de Gestão e outros assuntos importantes que eram discutidos no conselho e da atenção e compreensão dos conselheiros, que se propunham com afinco. Pedia, também, maior atenção para possíveis ressalvas, buscando aprofundar-se mais ainda para que pudessem tratar de forma que pontos críticos não passassem despercebidos. Sobre previsão de orçamento, como os instrumentos da LOA - Lei

Orçamentária Anual, Plano Plurianual, disse que pela primeira vez o Conselho Municipal de Saúde, ao discutir o relatório de saúde e não o da gestão, tinha feito da melhor forma possível e que sendo o mesmo relatório um dos mais esclarecedores sobre a situação difícil e precária da saúde, este, não tinha escondido e deixado claro as falhas para que fossem expostas. Deixou claro pontos específicos para entendimento da assembleia para que na próxima programação orçamentária da saúde os conselheiros buscassem atualizar-se para que pudessem avaliar de forma mais acentuada, com bastante atenção e estudos de acompanhamento, apontando falhas e erros, para como tal qual um balanço contábil, não houvesse falta e erro de cálculo. Continuou dizendo que a fala do **vereador Paulo Pinheiro** sobre a crise da saúde ia de encontro ao pensamento dos conselheiros que, também, tinham dado a devida atenção ao chamar atenção para um maior zelo na administração da saúde do município. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago**, substituto da secretária de saúde, também esclareceu que o relatório tinha sido aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde com ressalvas, que estavam no SARGSUS, e afirmava que o mesmo documento descrevia sim, a realidade das metas pensadas, trabalhadas e atingidas e as não atingidas, segundo o gabinete de estratégias da SMS, havia relatado. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1 pediu a fala agradecendo a visita do **vereador Paulo Pinheiro** fez perguntas ao mesmo e aos presentes na assembleia, questionando o porquê de depois da união de forças da SMS e da Casa Civil, ainda tinham apresentado um relatório com maiores apontamentos sobre falhas na gestão do que aspectos positivos e reclamou das informações apresentadas e do porque da Câmara de Vereadores também ter deixado passar tal documento. Fez crítica da transparência sobre uma voz ativa que prestasse contas e para quem se fazia referência de ordens à SMS, que era para o senhor Secretário da Casa Civil, **Paulo Messina**. Afirmou que já tinha protocolado um pedido de explicação para a Casa Civil, solicitando explicações acerca da gestão em saúde e fez elogios ao vereador sobre seu trabalho na Câmara. O **vereador Paulo Pinheiro** disse que o relatório não tinha passado pela Câmara, nem a criação da nova secretaria e que na sua voz tinha sido passageira e que a SMS passava por enormes problemas, brigas internas, crise financeira, de gestão de recursos humanos e não havia concordância entre as pastas, e, que, enquanto, aconteciam os conflitos as unidades de saúde estavam em defasagem de serviços. Disse que ao chegar ao CASS para esta reunião em questão, uma fonte segura, autoridade da SMS (SIC), que trabalha no prédio disse-lhe que neste ano de 2018 para 2019 ocorreria um corte brutal de R\$ 300.000.000,00(trezentos milhões de reais) e que pedia para que os conselheiros se prepararem. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou o microfone para a **conselheira Mirian Andrade de Souza Lopes** do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ que pediu tempo de fala e confirmou a fala do vereador chamando a atenção do **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1 sobre haver parceria de ideias entre conselheiros e vereadores no que tangia as ideias e opiniões sobre a atual gestão disse que não tinham parcerias por agir com clareza como profissional de saúde e afirmava que, além de profissional da saúde e conselheira, era, também, usuária da rede. Declarou as dificuldades dos profissionais para continuarem trabalhando e executando os serviços de atendimento a população. Ressaltou, ainda, que sobre pautas de orçamento, análises de relatórios financeiros e provisões orçamentárias ela sempre se abstinha dos votos, por ter dúvidas sobre os dados apresentados e reforçou para os outros conselheiros que todos deveriam ter a consciência tranquila sobre o que se colocava em pauta nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde, pois tudo um dia poderia ser contado de forma judicial, assim que autoridades competentes julgassem necessário que devesse haver questionamentos sobre falta de clareza nas apresentações de dados orçamentários, investimentos e execuções de serviços para a saúde na cidade. Dando continuidade alertou para o perigo de haver, inclusive, necessidade de se responder em juízo com pena de reclusão para todos do Conselho Municipal de Saúde, pois, como conselheiros, deviam fazer a parte que lhes cabia, fazer avaliações e não se aliar de forma partidária a nada e nenhum viés partidário para cobrar e ter direito de expor opiniões adversas sobre as crises aparentes. Fez ressalva sobre a importância do Conselho Municipal de Saúde sobre o trabalho executado pelo mesmo conselho, os esforços para que houvesse uma vigilância severa e eficaz quanto aos trabalhos da SMS. Reclamou da falta de respeito e de certa forma, da gestão da SMS em deixar de lado o Conselho Municipal de Saúde quando da aprovação de novas leis, portarias, normativas

diversas pela SMS e que não tinha passado por votações nas reuniões extraordinárias, pelo menos a maioria, como deveria ser, segundo o regimento municipal que dava direito ao Conselho Municipal de Saúde de saber nos mínimos detalhes as decisões da SMS, que afetaria a sociedade como um todo. Lamentou que o Conselho Municipal de Saúde não fosse ouvido pelas autoridades competentes da SMS. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 pediu a fala e cumprimentando a plenária e ao parlamentar presente bem como a todos os outros que se encontravam na reunião, falou de suas ações como conselheiro e que já havia sofrido, segundo sua fala, ameaças de morte pela sua atuação fervorosa nas discussões em conselhos de saúde pela cidade e em nome da boa prestação serviço para a população. Falou do enfraquecimento da luta e da permanência de pessoas com compromisso para com as diretrizes, as normas de participações dando abertura a sociedade para que participasse, discutisse e fizesse debates, e que se tornassem mais combativos. Disse que o conselho apenas trabalhava como fiscalizador de forma branda e observa possíveis necessidades de respostas em juízo e que lhe causava estranhamento a partir do momento, em nenhuma circunstância, que tinha havido o acompanhamento de autoridades competentes, conhecedoras de leis contábeis em contato direto com o Conselho Municipal de Saúde para que auxiliasse no entendimento e nas resoluções financeiras da gestão. Que, o que dizia a linguagem técnica orçamentária, auxiliando os membros sobre pontos específicos de informações apresentadas, era apenas enviado tais documentos ao conselho para suas votações e deliberações. Admitiu ter dificuldades, limitações que tinha se estendido por muitos anos sobre o real papel do Conselho Municipal de Saúde e até onde poderia ir um conselheiro e em que momento sua fala poderia ser ouvida, respeitada e quando deveriam se calar. Falou para o **vereador Paulo Pinheiro** que esforços eram feitos para a compreensão dos documentos apresentados, mas que havia de se ter cautela para que não houvesse retaliações por parte de hierarquias municipais, mas que os trabalhos de acompanhamento e vigilância constantes eram feitas, mas seguindo com todo o cuidado, atentos ao que se falava. Afirmou para o vereador que sobre a crise orçamentária, que tinha se iniciado no ano de 2017, disse que tinha feito manifestos e participado de assembleias para discutir e discordar de ações de decisão da gestão. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a fala para a **conselheira Maria José os Santos Peixoto** do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ que lamentou as falhas nas gestões de saúde lembrando privatizações e assembleias contrárias à inserção de empresas terceirizadas na gestão da saúde municipal e, que, desde a implantação de tais acordos, contratos e parcerias, tinha causado verdadeira desorganização na prestação de serviços de saúde pública oferecidos pelo município do Rio desde a gestão do César Maia e que tinha aumentado na atual gestão o número de desempregados, terceirizados na saúde, pois não havia mais concurso para a saúde no Rio de Janeiro, em todas as esferas. Que estava tudo terceirizado, CER, Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde. Disse que tinham cinquenta e dois por cento de funcionários na saúde terceirizados e que estavam falindo o PREVIRO por conta disto porque saíam e eram substituídos através de OS's. Foi alertado do tempo de fala e disse que continuaria falando e que era por isso que o conselho estava com a platéia vazia porque não falavam nada construtivo e que só viam apresentação de projetos e programas que não saíam do papel. Continuou dizendo que o Hospital Pedro II estava falido e que a imprensa todo dia noticiava a falência, que não tinham profissionais e faltava tudo e quem defendia OS's era desmemoriado porque se o município fazia um contrato para dirigir o Pedro II e que não tinham profissionais de saúde, estavam pagando como se tivesse e que o povo estava morrendo sem atendimento e que o Pedro II estava faltando com o seu dever de atenderem bem a população e que este Conselho tinha por obrigação fazer relatório, de denunciar para o Ministério Público e, dirigindo-se ao **vereador Paulo Pinheiro**, disse que era muito bom a presença dele e de ter chamado a atenção deles para que ficassem mais atentos ao relatório apresentado aqui pelo governo porque, esse como todos os outros, não faziam nada para a população que era sempre para "ferrar". Houve pequena discussão sobre o tempo de fala que não era justo para alguns, e, finalizou dizendo que teriam que ter responsabilidade para poderem cobrar do Crivella e que precisavam assumir o cargo de conselheiros. A **conselheira Mirian Andrade de Souza Lopes** do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ pedindo Questão de Ordem, dirigindo-se à **conselheira Maria José os Santos Peixoto** do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro –

SASERJ, disse que tudo que sabia de luta era por causa dela e que tudo tinha tempo certo e com relação à companheira que fazia o trabalho de levantar o cartaz. Fazia para todos, inclusive para o **vereador Paulo Pinheiro** e que na Câmara a luz acendia e que chegava ao ponto de tirarem o som e que era só respeitar o tempo de fala, que a fala de cada um era importante para dar oportunidade de outros falarem considerando todos. Ela que era a mesa que dirigia os trabalhos, que não queriam interromper ninguém, mas que todo mundo tinha o seu tempo de fala. O **conselheiro Ozeas Lopes Farias**, do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, disse que era a presidente que deveria agir e não terceiros. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** dando continuidade chamou a **conselheira Maria Edileusa Braga Freires**, do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1, que disse que era preocupante o ponto que tinham chegado e que em 2011, nas conferências das três esferas e governo tentavam abrir os das pessoas para não privatizarem porque outros, e não ela, falavam com eles da gravidade e ela era nova no conselho e que falavam que na ponta iriam passar por isso. Que na comunidade dela, Rocinha, tinha cinco unidades de saúde, mas funcionando precariamente, já sendo desmontado com terrenos vazios, CAPSI sem bebedouro e que era triste com poucos profissionais se desdobrando para atender os pacientes dia e noite e que era muito triste, também, a mãe chegar com filho na UPA e não ter pediatra na clínica, não ter uma demanda livre e que pacientes gravíssimos eram atendidos por enfermeira e que tinha ido procurar um médico, pois, na Clínica da Família Maria do Socorro não havia e que agora a bomba tinha vindo para eles. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra para a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** da União de negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ, dirigindo-se ao **vereador Paulo Pinheiro**, disse que ele fazia uma crítica construtiva e que tinham recebido esse documento, lido e feito as devidas alterações e que não estava lá como usuária, preta e que sabia muito bem o que o povo dela passava nos hospitais e serviços públicos de saúde, que ela era “*SUS dependente*” e demais pessoas e que era o melhor sistema que existia, mas que era mal gerido e que quando ele falava que deveriam prestar atenção, que eles o faziam todos os dias, que era da AP 5.2 e que tinham feito manifestações na clínica Everton da Souza Santos, do Jardim Moricaba, que a mídia não divulgava porque não havia tráfico, mas que faltava dipirona e losartana, que não eram omissos e estavam na luta e que o prefeito tinha vindo aqui e ela havia falado com ele sobre o problema nacional e que no municipal não tinha a Saúde da População Negra e que não tinha o recorte racial no RAG e que tinham o racismo funcional de médicos celetistas excludentes que eram os brancos e da elite e que tinham nojo da “*mulher preta*” e que tinham comprovado. Finalizando disse que tinha nascido no Rocha Faria em 1967, tinha cinquenta e um anos e brincava que não parecia, mas que nada havia mudado no hospital a não ser a municipalização e que seu pai tinha falecido lá também e que nada mudava em Campo Grande e que tinham as clínicas da Família lá e não gostava de OS’s e que tinham que colocar uma universidade de medicina na Zona Oeste para formar pessoas de lá. O **vereador Paulo Pinheiro** respondendo ao **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, disse que era muito ruim no passado e que sem as OS’s não teria havido no município e que esse discurso ele estava preparado e que, por, pelo ao menos trinta vezes tinha enfrentado o secretário **Daniel Soranz** que dizia que só era obrigado a fazer isso porque só conseguia fazer com OS, o que não era verdade. Continuou dizendo que no estado tinha acontecido a mesma coisa com o Cabral e quem era que não queria um hospital da mulher em Caxias e hospital do olho em Nova Iguaçu, que era lógico que queriam, mas que irresponsavelmente tinham aberto esses hospitais sem condições de mantê-los e que a mesma coisa tinha acontecido no governo municipal, que tinham aberto cento e quinze Clínicas da Família e que existia a responsabilidade de quem pagava para isso. Fizeram isso e para a campanha eleitoral passada, para elegerem o senhor **Pedro Paulo**, tinham aberto trinta e três Clínicas da Família sem dinheiro. E que, por sua vez, os que assumiriam esse governo não quiseram fazer a transição. Também, o governo anterior inaugurou trinta e nove Escolas do Amanhã sem ter dinheiro para pagar, caindo tudo nas costas do Crivella. Continuou dizendo que ou se tomavam um lado ou não e que reclamavam do governo atual e não cobravam do anterior e que tinham votado na prestação de contas do Eduardo Paes no último ano e que o que tinha acontecido com os vereadores era que a base do governo atual tinha votado a favor do Eduardo Paes. Que tinham pedido corretamente o *impeachment* do prefeito e a maioria da Câmara não aprovou. Mas, os mesmos que tinham defendido o Crivella iriam pedir o *impeachment* dele no ano que vem, que eram os mesmos que tinham traído uma

vez, trairiam outra. Continuou dizendo que a questão das OS's era muito grave e que ele tinha feito trinta e duas denúncias nas audiências públicas na cara do secretário **Hans Dohmann** e do **Daniel Soranz** e que sobre o hospital Rocha Faria, estava gravado, disse que iria acontecer uma catástrofe e que a situação era gravíssima no Pedro II e na mesma semana que houve a audiência pública entregaram a administração do Acari para o grupo da Biotech e que, em 1996, tinha tido a primeira briga com esse grupo Pelegrini que eram donos dos hospitais em Paracambi, no governo do Marcelo Alencar, ele e a Deputada Jandira Feghali tinham ido lá na delegacia para fazer uma denúncia e que tinham ido lá no hospital e pegado um segurança armado e ido no último andar onde havia um heliporto porque toda sexta-feira saía um helicóptero levando medicamentos dali para fora e que era do grupo que estava administrando o hospital e o governo recebia de volta. Continuou dizendo que o governo achava que tinha que colocar médicos, dentista, etc. na Zona Oeste que fizessem por concurso público e que houvesse problema com a Lei de Responsabilidade Fiscal que deixassem de gastar em outras áreas, deixar de gastar na Secretaria de Fazenda e contratar pessoal. Perguntou o porquê do governo passado tinha terceirizado a saúde e não a mão-de-obra da educação e que não tinham colocado nenhuma OS para a escola e optado pela Saúde eu que o secretário disse que era a maneira que tinha naquele momento e depois mudaria e tinha mudado para pior e que daqui a pouco estaria no Estado. Finalizou falando para que marcassem uma reunião com a Comissão de Saúde antes que o orçamento fosse votado e que estavam à disposição deles, mas que a Câmara não podia fazer determinadas coisas, que a Comissão de Saúde da Câmara tinha sempre três membros e que ele era o vogal, que tinha três mandatos e que nunca seria o presidente porque eles não deixavam. Agradeceu. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu ao vereador e o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, pedindo esclarecimento e dirigindo-se ao **vereador Paulo Pinheiro** disse que não era contra nem a favor e que não tinha sido contemplado com a resposta dele e que quando tinham inaugurado as clínicas de saúde, que o que tinha acabado com a Zona Oeste era o Minha Casa Minha Vida e que a população era de sete mil moradores e hoje eram mais de trinta e dois mil, que a saúde lá tinha retrocedido e que a questão que ele queria saber era justamente em cima da responsabilidade fiscal porque a maioria dos funcionários públicos que estavam lá, desde 1988, estavam se aposentando e não havia reposição de funcionário e com isso a assistência estava zerada. Continuou dizendo que o esclarecimento que queria era sobre o planejamento e porque a Câmara não tinha discutido com a gestão do Eduardo ou a anterior, o planejamento para implantação dessas clínicas e a expansão do Programa Saúde da Família e que tinham empurrado as OS's garganta abaixo e que tinham tido que optar por terem o médico para atender ou morrer no hospital Pedro II. O **vereador Paulo Pinheiro** disse que era contra e que o partido dele tinha feito um projeto para a saúde, mas tinham perdido para o Crivella, e que era acabar com as OS's e colocarem servidores públicos e que para colocar gente na Zona Oeste era difícil quanto a médicos, que César Maia tinha feito o hospital de Acari e que ele poderia colocar médicos lá e que as OS's tiveram o mesmo problema e que tinham dito que o servidor não trabalhava e colocaram ponto digital e que ninguém botava dinheiro no ponto digital e que os problemas que aconteciam com os servidores públicos aconteciam com as OS's. Agradeceu. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** voltou ao **item 3) SUBVISA Planejamento. “Apresentação das competências do novo Núcleo de Integração da Fiscalização em Ambientes de Trabalho (NIFAT)”**, dando a palavra à **Drª Leila Rodrigues** que disse que era médica e fazia parte da equipe da SUBVISA. Iniciando sua apresentação. Após a apresentação a **conselheira Mirian Andrade de Souza Lopes** do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ, confirmando que era um núcleo novo, perguntou qual era a diferença dele para a Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador e o que tinha sido mudado. Se não tinha mudado em nada e fazia a mesma coisa, porque tinham acabado com a referida coordenação? A **Drª Leila Rodrigues** dizendo que não era a mesma coisa, falou que a coordenação tinha sido desmembrada e que toda Política de Saúde do Trabalhador era uma coisa muito mais ampla e era específica para a saúde do trabalhador em todas as ações dentro da secretaria de saúde para que pudessem fazer o reconhecimento de que o trabalho poderia ser um causador de doença. Que a SUBVISA fazia controle do risco sanitário e que incluir a Vigilância de Saúde do Trabalhador dentro da Vigilância Sanitária cercearia essa

possibilidade. Que a Vigilância Sanitária da SMS não estava inserida dentro da Vigilância em Saúde e que o estado tinha mudado esse organograma e que na gestão anterior tinha a Vigilância Sanitária fora da Vigilância em Saúde e que nessa gestão que estava acabando tinha sido criada a Vigilância em Saúde e que a Vigilância Sanitária do estado tinha ficado subordinada à Vigilância em Saúde. Que as vigilâncias estavam em linha reta, mesmo nível, e, que, esse núcleo que havia sido criado era para fazer a interface das atividades de fiscalização sanitária de competência da Vigilância Sanitária, dos estabelecimentos e serviços de interesse da saúde e que a coordenação fazia isso, mas ficava aquém porque não era a pastora de atendimento de saúde e que tinha ficado pouco valorizada nesse período e que tinha sido uma decisão de governo essa volta para dentro da vigilância e sair da SUBPAV a coordenação e toda a estrutura de saúde do trabalhador. Ratificou que a Saúde do Trabalhador tinha ido para a SUBPAV e que a criação do núcleo era para a verificação dos ambientes de trabalho que já existia nas legislações anteriores para que pudessem verificar os problemas de fluxo de trabalho e que teria alteração no produto final dado para a população. A **conselheira Mirian Andrade de Souza Lopes**, do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ, dando sua opinião disse que tinha entendido muito mais quando era tinha falado que era uma decisão de governo, mas que não concordava com isso porque se já existia uma coordenação que já fazia o que eles iriam fazer que isso era extremamente político. O **Secretário Executivo, David Lima**, dando aparte para ajudar, disse que a fiscalização estava dentro do seu papel que era fiscalizar e a SUBPAV com a Coordenação de Saúde do Trabalhador passaria a fazer a prevenção e o cuidado e que tinha estranhado há alguns anos atrás quando tinha saído para a Vigilância Sanitária e que não tinha nada a ver um com outro. Que era a opinião dele. E, que, agora, o setor que é responsável por fiscalizar fiscaliza. E, quem tem que prevenir e cuidar, passa a fazer, ficando, assim, melhor organizado. A **conselheira Maria José os Santos Peixoto**, do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ, disse que queria registrar que a saúde do trabalhador, de fato, nunca havia funcionado e que se alguém já tivesse visto essa política funcionando em algum lugar de trabalho, que criaram núcleo ou outra coisa, que era comissionado em cima de comissionado e que não era desse governo, vinha de outros, que já tinha tido seminário, conferência e nada havia funcionado, nem antes nem depois. Continuou dizendo que ficava até “*meia abobalhada*” porque não conhecia, no município dela, essa política que tinha sido implementada e que era uma questão muito personalística e que de fato não vinha nada para os trabalhadores do Rio de Janeiro. Que havia esforços de alguns conselheiros, “Silva” e outros, mas que morriam na praia, por não ter orçamento nenhum para desenvolvimento dessa política. Para ela, esse núcleo não funcionaria e o que mais a entristecia nesse governo era dizerem que havia falta de dinheiro, mas que todo dia era publicado um número bastante grande de cargos comissionados e com isso os trabalhadores estavam recebendo depois do dia dez. Dirigindo-se à **Drª Leila Rodrigues**, disse que o que ela havia apresentado era o que tinha e que não tinha que ser contra ela e que só podia dizer que esse governo, de fato, não tinha vindo para somar nem cuidar das pessoas e que estavam criando outras siglas porque era o país das siglas e nada funcionava, que o país estava abandonado e estavam jogadas às traças e que as três esferas eram traiçoeiras contra os trabalhadores e pessoas e, portanto, poderia vir o que fosse que não funcionaria pelo menos esse governo que já tinha dado essa prova. Agradeceu. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva**, do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1, disse que era subcoordenador da CIST e dirigindo-se à **Drª Leila Rodrigues**, disse que tinha gostado muito da apresentação e que em respeito a ela e a todos queria fazer um apelo à presidente do conselho e a toda equipe do conselho, através do Secretário Executivo, que de toda turbulência que estava acontecendo com SUBVISA, SUBPAV, CIST, que ele tinha encaminhado dois ofícios protocolado com a secretária sem resposta, e, que pedia uma reunião para falar sobre o assunto e poderem entender entre eles e trazerem para plenária para discutirem, pois não se sentia em condições hoje de puxar uma discussão e que ela não merecia isso. Agradeceu. A **Drª Leila Rodrigues**, respondendo, disse que queria deixar claro que não estava sendo criada uma saúde do trabalhador paralela àquela que tinha sido transferida para a SUBPAV e que o núcleo era de integração para as atividades que a Vigilância Sanitária tinha obrigação de fazer e seguir as legislações e que era uma interface para as ações e estava disponível para as ações que eram feitas em conjunto com as demais vigilâncias e que tinha falado que a Saúde do Trabalhador era muito maior do que a



fiscalização da Vigilância Sanitária e que tudo que tinha sido criado em relação a estrutura, o CEREST 3, cargos, que tinham migrado de volta para a SUBPAV e lá seria estruturado e que tinham que batalhar pelo crescimento, implantação e desenvolvimento dessa política e que a maior parte que era a assistência ao trabalhador que tinha adoecido pelo trabalho era isso que teria que ser desenvolvido de forma crescente dentro da Secretaria Municipal de Saúde. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu à **Dr<sup>a</sup> Leila Rodrigues**. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** passou ao **item 5) Comissão de Educação Permanente** com a apresentação da **conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez** do Grupo Otimismo de Apoio a Portador e Hepatite C sobre “Setembro Amarelo”, suicídio com as práticas integrativas. Agradeceu. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** passou ao **item 6) Comissões do Conselho Municipal de Saúde:** sobre a Comissão DST/AIDS e Hepatites Virais a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que tinha participado pela manhã de uma reunião no auditório Meri Baran da referida comissão com os técnicos da secretaria e que o Rene tinha ficado de enviar o relatório para socializar e ata para lerem no conselho. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** dando continuidade disse que a Comissão de Educação Permanente já havia falado; Comissão de Gênero, Raças e Etnias sem fala; Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Saúde sem falas; Comissão de Saúde do Trabalhador e Comissão de Saúde Mental também sem falas. Passou ao **item 7) Informes da Gestão da SMS** dizendo que tinham programado uma fala da **Dr<sup>a</sup> Claudia Lunardi** sobre a Central Unificada, mas que ela tinha sido chamada para uma reunião específica sobre esse assunto no Ministério Público e por isso não tinha podido comparecer e que esse informe ficaria até mais atualizado para a próxima reunião. **Item 8) Informes da Secretaria Executiva; 8.1 – resposta de expediente enviado ao Conselho Nacional de Saúde sobre às conferências de saúde para o ano de 2019; 8.2 – Ofício-Circular nº 249/2018/SECNS/MS,** o **Secretário Executivo, David Lima**, disse que já havia informado na reunião anterior sobre a questão da Conferência Nacional de Saúde, que tinha sido marcada para julho de 2019, tudo muito em cima falando quanto à questão do orçamento e que as conferências municipais deveriam acontecer até abril e que tinham colocado toda essa problemática e que tinham encaminhado em nome do colegiado um ofício para o Conselho Nacional questionando a situação e mostrando para eles que seria praticamente impossível realizar a municipal até o mês de abril de 2019. Disse que, para sua surpresa, eles tinham respondido no dia seguinte, muito rápido, que tinha sido enviado dia 20 de agosto e que dia 21 tinham respondido. Leu a resposta e após leitura disse que eles só podiam já ter uma resposta preparada. Que, também, havia encaminhado um ofício para o Conselho Estadual de Saúde pedindo apoio e que até aquela data não tinha sido respondido e que pediria à presidente para que pudesse intervir com relação a isso, articulando lá, porque, embora estivessem tomando todas as providências, precisavam de um plano B. Que já tinham publicado a Comissão Organizadora, escolhida pelos conselheiros na última reunião. Inclusive, queria convocar esses membros para terça-feira da semana seguinte, às 14 horas, uma reunião lá na sala do Conselho e que talvez pelo número de pessoas tivessem que fazer-la no auditório Meri Baran. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago**, dando um aparte com relação às medidas adotadas pelo Conselho, sobre o ofício que a Comissão Executiva havia encaminhado para o gabinete pedindo a realocação do recurso destinado para a conferência, disse que estava previsto, inicialmente, antes da chegada dessa nova data, para mais à frente, que já tinham encaminhado para a SUBG solicitando a alocação do orçamento previsto para o início do ano e que estavam tomando as medidas solicitadas pela Comissão Executiva. O **Secretário Executivo, David Lima**, agradeceu o aparte e reforçou dizendo que o orçamento geralmente abria em março, que estavam contando com a colaboração da secretaria, mas, como tinham visto em pontos anteriores sobre as dificuldades que estavam enfrentando, havia preocupação, porque se gasta dinheiro em conferências. Continuou dizendo que reunir a população em todos os distritais da cidade implica, no mínimo, darem o alimento para que pudessem passar o dia inteiro discutindo, bebendo água; que o local, normalmente, conseguiam de forma gratuita, mas que envolvia uma certa quantidade de dinheiro. Reforçou a convocação para a reunião lendo os nomes dos membros da referida comissão e que os presidentes dos distritais já tinham se reunido e discutido as datas para as conferências de cada um e que levaria no dia da reunião. Disse que achava muito estranho esse calendário e que a gente estava mudando presidente, ministério e o próprio presidente do Conselho Nacional, pois haveria

eleições em outubro, novembro e que viam que eram atividades da conferência e que tudo faziam um gancho como atividade da Conferência e que tinham mandado o “*Grito dos Excluídos*”, atividade que fazia parte da conferência, segundo eles, e pedindo que os conselhos participassem ativamente e levassem à discussão para conferência e que era a 24ª edição e o tema era a “*Desigualdade gera a violência, basta de privilégios*”, que tinha sido no dia 7 de setembro, por isso tinham encaminhado para os conselheiros e que tinha toda uma participação da igreja e toda população em geral. Disse que os presidentes dos conselhos tinham encaminhado para a secretaria um ofício fazendo uma série de questionamentos. Entre eles, a questão da garantia das conferências e que a secretaria já havia respondido e que estava junto com o Conselho engajada nas questões das conferências e que fazia todo o possível. Continuou dizendo que no mesmo ofício tinha questionado sobre os veículos que atendiam aos conselhos e que tinha havido uma redução na frota não só dos conselhos, mas também, da própria secretaria e que agora estavam apenas com dois veículos exclusivos e que os outros dois a secretaria estava compartilhando com as subsecretarias e o próprio conselho e que tinha uma escala e que todo dia tinha que ver a programação dos conselhos para passar para o setor responsável e que até agora, estava dando mais trabalho, mas, estava dando certo. Sobre os cartões refeições disse que tinha respondido o processo e que tinham feito a licitação e que estavam na fase da aquisição. Disse que esteve pessoalmente conversando com a secretária e **Jaciano** e que ela tinha chamado o assessor de finanças e pedido que agilizasse essa questão e que tinham usado uma parte do orçamento dos veículos que tinham sido cortados para comprarem os cartões e que tinha dado uma estimativa do uso desses cartões para futuras compras de quantitativo suficiente para atender aos conselhos e que tinha uma parte de computadores que estavam tentando comprar para melhorar a parte de informática que estava muito defasada e com problema e que isso estava na fila para aquisição e que questões administrativas para os conselhos estavam sendo trabalhadas com mais longo prazo e que o novo secretário de Atenção Básica estava disposto ao diálogo, para ver como conseguiriam isso e que teve muita mudança de coordenação. Tinha preferido dar um tempo para poderem trazer os coordenadores para essa discussão também. Agradeceu. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** apresentou a nova representante que estava no lugar da **conselheira Edna Corrêa Moreira** da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, a **conselheira Simone de Oliveira Castro do Nascimento** e continuou dizendo que a primeira pessoa que tinha dado o “grito dos excluídos” tinha sido ela, na ENSP, no evento “**ABRASCÃO**” e que tinha havido lá a homologação da Conferência Nacional e que o controle social não tinha sido convidado, porque tinha uma inscrição paga e, outra, porque tinham tido algumas inscrições com gratuidade e que tinha achado um absurdo só ela ir representando um conselho e uma área programática, mas que esteve lá adentrando na plenária e gritando que não poderia haver uma discussão de cima para baixo, que tinha falado com o presidente e todos lá e disse que não tinha o crachá, que não estava inscrita, mas iria gritar e que o presidente do núcleo do grito dos excluídos e que o presidente do Conselho Nacional tinha entregado o microfone para ela e que era uma discriminação total e que ela tinha ficado muito revoltada e que somente ela ir, tinha sido a primeira a gritar que tinha sido excluída e por todos, logicamente, que era para repensarem e refletirem essas coisas, porque não poderiam marcar uma Conferência Nacional sem diretrizes e bases e que primeiro eram as distritais, a municipal e estaduais e que depois que vinha a nacional, mas que já tinha uma conferência nacional com dia e hora marcada não tinha como e que tinha sido antecipada em seis meses e que teriam mais problemas, porque viria de lá toda as diretrizes e proposta somente para eles referendarem como sempre e agradeceu a presença de todos, dizendo que era muito importante a presença dos oito presidentes e de todos para que tomassem conhecimento do que estava acontecendo. O **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** passou para o **item 9) Informes do Colegiado** chamando o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1 disse que sobre a apresentação que tinha sido feita pela **Drª Leila Rodrigues**, que ela tinha que ouvir o que ele falava, que era que se falando da necessidade da Saúde do Trabalhador, dos CEREST 's e da necessidade de implantação, o que ele estava vendo era que o próprio trabalhador da saúde estava precisando dela para que pudesse cuidar dos pacientes e que a AP 5.1 agradecia o CEREST 3 que tinha sido inaugurado, mas até agora não estava liberado, que já tinha a Clínica da Família e todo pessoal contratado e porque não inaugurava, o que

faltava e que era dinheiro público e finalizou dando um alerta dizendo sobre a vinda do **vereador Paulo Pinheiro**, que todos conheciam a Lei 453 e a 141, Lei Complementar e que não deixassem de ler porque ele tinha dado um alerta da responsabilidade que poderiam assumir. A **conselheira Mirian Andrade de Souza Lopes**, do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ, disse para que constasse em ata que tinha tido uma assembleia em agosto, no Nise da Silveira, com a pauta muito extensa: “condições de trabalho, local de descanso, alimentação: qualidade local de refeição à noite, falta de supervisão durante o dia, finais de semana e feriados, falta de Rh, quantitativo de funcionários durante o dia, condições de projeto moradia, insumos, EPI e assuntos gerais”. E que o Nise da Silveira estava pedindo socorro com a presença de muitos profissionais na referida assembleia e que dia treze terão outra e que a comissão, que tinha sido feita pelo sindicato com os trabalhadores de cada unidade para irem nas assembleias nesses locais, se reuniria com a direção, encaminhariam a ata e tudo que tinham relatado e que algumas coisas já estavam sendo encaminhadas e resolvidas e que, amanhã, dia 12 de setembro teriam uma com a Secretária e o Dr. Hugo a respeito do Nise da Silveira, para que fechassem as pendências e ou verem o que tinha sido encaminhado e que a questão da alimentação já tinha sido encaminhada e que, durante o dia era almoço no refeitório e para o pessoal da noite chegavam quentinhas, às quatro e meia para que comessem às oito horas e que era da gestão anterior, da época do **Daniel Soranz**, que tinham pedido a mudança e a cópia do contrato da comida que era servida no Nise, que cada quentinha custava vinte e cinco reais com qualidade péssima e que já tinham recebido o comunicado que o refeitório seria aberto, pois serviam a comida na rampa para o pessoal à noite, que era para dizer que o sindicato não estava parado, estavam na luta e todas as outras lideranças poderiam estar com eles nas assembleias porque lá só faziam para técnico, mas se o outro profissional quisesse entrar ela não negaria, porque era um servidor que, também, estava sofrendo dentro do hospital e que precisavam de outras lideranças junto com eles. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, deu informe dizendo que na última reunião do conselho da AP 5.3 tinham tirado a Comissão Organizadora para a XIII Conferência Distrital de Saúde e que não sabia se seria um informe ou uma denúncia grave para o sindicato dos médicos, sobre o hospital Pedro II, pois estava havendo demissão em massa de médicos, como, também, de outros funcionários e que esses médicos estavam sendo substituídos por médicos mais novos, não só em idade, mas, que tinham procurado saber se eram residentes e que gostaria que o responsável pela residência respondesse porque não era possível pegar um médico com quarenta, cinquenta anos de idade e tempo de prática, demitir e colocarem dois médicos novos, porque a medicina era onze anos de estudo, e que não sabiam se esses médicos eram residentes ou de fato formados para que pudessem dar a devida assistência. Que tinham dois médicos vasculares e tinham demitido um e que gostariam que o sindicato dos médicos fizesse uma vista lá e que fizesse uma reavaliação desses médicos. Disse que, também, tinham tido a mudança do coordenador, **Marcelo Regly**, da AP 5.3, e que sobre a questão de Saúde do trabalhador disse que conheciam o “Chiquinho”, que hoje era servidor público e estava passando por um momento muito difícil e que quando se falava em saúde do trabalhador não sabia como isso chegava até Santa Cruz e a área de Campo Grande, porque servidores estavam debilitados de muita coisa e não sabia se ele estaria sendo atendido através de CEREST ou PADI e que essa pessoa havia somado muito ao conselho distrital de saúde e que queria deixar um recado, um aviso e uma solicitação para que a secretaria, através do novo núcleo de saúde do trabalhador, fizesse uma avaliação desse servidor público que tinha cuidado muito da saúde dos usuários da AP 5.3. Agradeceu. A **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão**, da União de negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ, disse que tinham feito a 2ª Caminhada, em Campo Grande, contra a intolerância religiosa, domingo e que tinham caminhado da rua Amaral Costa até o calçadão com todos os líderes religiosos, pastores, padres, babalaôrixás, contra os fatos ocorridos nos terreiros de candomblés que estavam sendo apedrejados no Rio de Janeiro e no Brasil todo. Que estavam exigindo respeito em todas as religiões. Teve a presença de Ivani dos Santos e outras personalidades e que dia dezesseis teriam a 11ª Caminhada, no Posto 6, em Copacabana, com concentração às 10h e que todos estavam convidados. Finalizou justificando suas faltas e esquecimento “mental” de envio de e-mails para o Conselho por conta de problemas de saúde e que estava em tratamento e melhorando e que gostava muito deste Conselho, um dos primeiros, onde tinha iniciado sua militância. O **conselheiro**

**Wagner Gomes Bezerra**, SINFITO, lembrando sobre o impasse do Hospital Miguel Pedro com Barata Ribeiro, disse que o Miguel Pedro era o único com média e alta complexidade no município do Rio, em geriatria e gerontologia e que em dezembro de 2016 e início de janeiro de 2017, sobre as mudanças que tinham sido propostas, que tinha um atendimento mensal muito bom, de mil e seiscentos, em uma época de instabilidade e muitas especialidades, internação e clínica médica, serviços de ortopedia, cardiologia, neurologia, nutrição e psicologia e que tinha tido uma promessa, na época do **Daniel Soranz**, acerca de uma reforma, porque o prédio era muito antigo, era tombado, e os profissionais tinham se visto em uma situação de instabilidade e que tinham sido transferidos para o terceiro andar do hospital Barata Ribeiro. Continuou dizendo que esse impacto continuou acontecendo e que toda a administração tinha sido assumido por OS's e que tinha acabado acontecendo, era que, a reforma do ambulatório em Vila Isabel, na Avenida Vinte e Oito de Setembro, nº 109, tinha ficado dividida com uma clínica de família e que apenas um ambulatório havia ficado lá e todo o resto dos serviços tinha ficado no Barata Ribeiro, com sessenta leitos e que tinha surgido uma polêmica, porque as instalações não eram adequadas para pessoas idosas, tinham problemas de ventilação, sol da tarde, falta de ventilador e que tiveram até uma fiscalização para trazerem essa queixa, com o **Jaciano** e o suplente dele, **Rubens Guimarães**. Que a esperança era que tudo fosse resolvido, mas, que a política sempre atuava por detrás dos panos e desviando a nossa direção ao farol e o que tinham recebido algumas notícias agora, em setembro, que, infelizmente, nada havia acontecido no sentido de restabelecimento do atendimento dessa clientela que era tão importante e, também, a instabilidade dos vários profissionais de saúde com serviços ótimos de terapia cognitiva, reabilitação física, todos esses problemas. Que tinha chegado a eles que o ambulatório de Vila Isabel estava com sinais de fechamento e que todos os idosos tinham sido transferidos para o Hélio Pellegrino e que no terceiro andar do Barata Ribeiro os profissionais já estavam recebendo ofícios de transferência para outra unidade, indicando, também, que os paciente receberiam alta e que aquela unidade também seria fechada. Como isto é muito grave, eles queriam deixar registrado para que pudessem, inclusive, novamente retornar e gravar perante o Conselho e a Comissão Executiva, para que pudessem fazer, novamente, mais uma manifestação e tudo que fosse necessário e possível. Que iriam preparar um ofício e enviar e-mail, mas que pudessem retornar e que fosse do conhecimento de todos, porque era muito triste que isso acontecesse e que a população idosa estava crescendo cada vez mais e a projeção era essa, que esse país, estado e município tinham que se firmar em defesa do idoso. Agradeceu. O **conselheiro Ozeas Lopes Farias**, do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, aproveitou para convidar o **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** do SINFITO, para falar na reunião do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2, porque era um crime o que estava acontecendo com os hospitais. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** deu por encerrada a reunião às dezessete horas e dez minutos, cuja ata ela assina e eu **Carmem Terezinha Gomes Sasaki**, além de assinala, a dou por lavrada.

Carmem Terezinha Gomes Sasaki

Maria de Fátima Gustavo Lopes